

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Taxação de fortunas a espera de votação 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita quer nova tributação a multinacionais 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Regra para taxar múltiplos tem de seguir padrão internacional, diz Receita 6

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
SEGURIDADE SOCIAL

40% das mulheres com câncer são demitidas 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

PGFN regulariza R\$60bi devidos por empresas em recuperação judicial 9

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Risco maior de calote em servidores aposentados 11

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - AGRONEGÓCIO
SEGURIDADE SOCIAL

Ações no Supremo contra parte da reforma podem ter impacto de R\$ 389 bi 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

CAE apresenta 70 emendas à reforma 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estudo mostra que, no Brasil, ricos pagam menos impostos - MERCADO S/A 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Operadoras de saneamento temem elevação da tributação 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto de milionários é igual a de salário de R\$ 6 mil 20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projeto da reforma deve ser votado na CCJ em 4 de dezembro, diz Pacheco 23

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O que muda na transmissão de heranças e doações com a Reforma Tributária? 25

MEIO NORTE - TERESINA - PI - EDITORIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Uma estrutura tributária elitista (Editorial) 26

O ESTADO - FORTALEZA - CE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Após deixar a Presidência do Senado, Pacheco quer relatar novo Código Penal 27

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária pode deixar o seu IPVA bem mais caro 29

PORTAL UOL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Instabilidade institucional joga Brasil para baixo em índice global de inovação 30

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dólar sobe a R\$ 5,76, maior nível desde 2021 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tributo é o mesmo para assalariados e ultrarricos, diz Ipea 35

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Se Trump vencer, mundo voltará ao caos dos anos 1930 (Artigo) 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Incerteza fiscal contribui para piora na percepção de risco de investidores 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Déficit do setor externo supera 2% do PIB, mas ainda não preocupa 40

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Haddad diz não haver data nem valor para corte de gasto 42

Taxação de fortunas a espera de votação

» **RAFAELA GONÇALVES** » **RAPHAEL PATI**

A volta das atividades no Congresso após o período eleitoral foi marcada pela pauta econômica, em especial a **Reforma Tributária**.

A Câmara dos Deputados retomou, ontem, as discussões sobre o Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/24, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS).

De acordo com a previsão inicial, o texto seria votado no plenário da Câmara dos Deputados ontem, mas a decisão final foi adiada, com o encerramento da sessão legislativa. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que endossa um movimento de resistência ao projeto, não apareceu na sessão em que a matéria já estava colocada em pauta para ser discutida.

O texto principal do projeto, enviado pelo Executivo, que tramita em regime de urgência, já havia sido aprovado em agosto.

No entanto, ficou pendente a análise de sete emendas propostas pelos partidos para serem decididas no voto. Entre elas estão temas polêmicos, como a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas e uma nova taxa sobre distribuição desproporcional de dividendos.

Pela proposta, será classificado como Grandes Fortunas o conjunto de bens que ultrapasse os R\$ 10 milhões. O tributo seria anual, com alíquotas de 0,5% para bens entre R\$ 10 milhões a R\$ 40 milhões; de 1% acima de R\$ 40 milhões até R\$ 80 milhões; e de 1,5% acima de R\$ 80 milhões.

Enquanto é de interesse do governo tributar os grandes patrimônios, o dispositivo encontra resistência do presidente da Casa, que se opõe à elevação da carga tributária. Antes da sessão na plenária que poderia definir a aprovação do PLP, o líder do governo na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) disse ao Correio que ainda havia "pontos para amarrar".

O texto apresentado pelo relator, deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), também trata da regulamentação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD), incluindo planos previdenciários PGBL e VGBL no rol de incidência do imposto.

Esse tributo, que incide sobre doações ou transmissão por testamento de bens e direitos, atualmente é regulado por leis estaduais, com alíquotas e regras diferentes.

Um dos destaques, de autoria do bloco União-PP, pede aprovação de emenda do deputado Domingos Neto (PSD-CE) para retirar a incidência do ITCMD sobre esses planos de previdência privada. A proposta conta com o apoio do secretário de **reforma tributária**, Bernard Appy.

Outra controvérsia é a divisão de contenciosos sobre os novos **tributos**. Disputas sobre o IBS, de responsabilidade dos estados e municípios, serão administradas pelo Comitê Gestor, enquanto questionamentos sobre a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, serão tratados pelo **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Confira os sete destaques que podem ser incluídos no PLP 108

Grandes fortunas

Pretende instituir o Imposto sobre Grandes

Fortunas (IGF), classificadas como o conjunto de bens que passe de R\$ 10 milhões. O tributo seria anual, com alíquotas de 0,5% (de R\$ 10 milhões a R\$ 40 milhões), de 1% (acima de R\$ 40 milhões até R\$ 80 milhões) e de 1,5% (acima de R\$ 80 milhões).

Causa mortis Inclusão dos planos previdenciários PGBL e VGBL na incidência do imposto sobre doações e causa mortis (ITCMD).

Benefícios na empresa Pretende retirar, dentre as hipóteses de incidência do ITCMD a título de doação, os atos societários que resultem em benefícios desproporcionais para determinado sócio ou acionista sem justificativa "passível de comprovação" quando beneficiar pessoas vinculadas.

Vendas de imóveis Pretende reverter o poder dado às administrações municipais de definirem qual seria o valor sobre o qual incide o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) segundo critérios especificados no substitutivo, em "condições normais de mercado".

Comitê gestor Busca excluir das funções do CG-IBS, a realização de avaliações, a cada cinco anos, da

eficiência, eficácia e qualidade de políticas sociais, ambientais e de desenvolvimento econômico e dos regimes especiais de tributação do IBS.

Responsabilidade conjunta Tem o objetivo de incluir na revisão de responsabilidade conjunta do contribuinte e de outros agentes envolvidos em infrações tributárias os agentes econômicos responsáveis pelo recolhimento do IBS ou intermediários quando não contribuintes da operação tributada.

Créditos do ICMS Pretende permitir a transferência de créditos do ICMS entre empresas do mesmo grupo econômico.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6579/29-10-2024.html?all=1>

Receita quer nova tributação a multinacionais

MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

A **Receita Federal** avalia propor alterações nas regras de tributação que incidem sobre as multinacionais brasileiras, a chamada TBU (Tributação sobre Bases Universais). A medida é uma forma de destravar, no Congresso Nacional, a tramitação da medida provisória que fixou uma tributação mínima de 15% de CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) sobre essas empresas.

"Novamente o governo tenta aumentar a arrecadação por medida provisória, sem discutir com o Congresso e com os setores.

Não admitimos isso", diz Joaquim Passarinho (PL-PA), presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE).

A MP foi baixada às vésperas das eleições municipais, em 3 de outubro, quando os políticos estavam fora de Brasília. O governo diz que enviou a MP para garantir a tributação já em 2025 - pela regra da anterioridade, uma nova tributação só pode valer no ano seguinte à sua aprovação.

Do lado das empresas, a mobilização contrária é liderada pela Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), que reúne as maiores companhias do País, muitas delas multinacionais, como BRF, Gerdau e Ambev.

A queixa é que a equipe econômica apresentou uma norma que "tira a potência" de redutores tributários, como JCP (Juros sobre Capital Próprio) e incentivos a empresas situadas na Região Norte (Sudam) e Nordeste (Sudene), sem mexer na estrutura da tributação sobre a renda de pessoa jurídica. Isso fará as empresas pagarem mais **impostos**.

PUNIÇÃO. As empresas querem que a Receita pelo menos baixe para 15% a tributação sobre lucros no exterior, a fim de criar um alinhamento com as alíquotas internacionais.

Dizem que o governo escolheu seguir apenas o que lhe convém nas convenções internacionais sobre a tributação de empresas, e que deveria discutir de forma mais ampla, sob pena de punir as multinacionais brasileiras.

O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, diz que trabalha na reformulação da tributação das multinacionais, mas que não houve tempo para apresentá-la. Ele participou ontem de reunião com a FPE e disse que o governo deve propor até o fim do ano a prorrogação dos redutores que incidem sobre a tributação das multinacionais e que diminuam a taxa de 34% para 25%.

Timing MP foi enviada ao Congresso em 3 de outubro, véspera das eleições municipais

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Regra para taxar múltis tem de seguir padrão internacional, diz Receita

Estevão Taiar De Brasília

O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, afirmou que o governo federal não tem "tanta liberdade de redigir" a medida provisória (MP) que estabelece a taxa mínima de multinacionais.

Ele destacou que o texto precisa estar de acordo com as diretrizes do Pilar 2 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para que a tributação seja respeitada mundialmente.

Vale notar que o Pilar 2 da OCDE busca estabelecer uma tributação mínima de empresas transnacionais e desestimular a transferência de lucros.

"A fórmula de cálculo tem que ser padronizada", disse em almoço promovido na sede da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) em Brasília.

O almoço foi realizado para discutir a MP 1.262, que estabelece justamente a taxa mínima de 15% sobre o lucro líquido de empresas multinacionais que ganham mais de 750 milhões anuais. O governo federal calcula que as mudanças arrecadarão R\$ 3,4 bilhões em 2026, R\$ 7,2 bilhões em 2027 e R\$ 7,8 bilhões em 2028.

Já a FPE se opõe ao texto, apresentado no começo do mês. A frente argumenta por exemplo que "290 grupos empresariais multinacionais que atuam no Brasil serão impactados com a nova taxa, afetando o investimento estrangeiro", e viola a Constituição Federal, "que determina que o aumento ou instituição de **impostos** sejam feitos via lei complementar".

Barreirinhas reforçou que o texto é "uma medida defensiva" do governo federal para o Brasil. A lógica é que, se algum país que adere ao Pilar 2 da OCDE optar por tributar essas empresas em menos de 15%, "qualquer outro país em que a empresa tenha presença vai poder tributar a diferença".

"Sempre podemos optar por não tributar, mas não estamos ajudando a empresa", disse.

No caso dos EUA, que não aderiram ao Pilar 2 da OCDE, o secretário da Receita afirmou que, em função de o dólar ser a moeda global, na prática o país consegue criar a sua taxa mínima particular

(classificada em inglês como "Global Intangible Low-Taxed Income", ou Gilti).

Ele ainda defendeu a implantação das mudanças via MP. Barreirinhas afirmou que, se as alterações não fossem realizadas por MP "três meses antes do fim do ano", perderíamos todo o ano que vem" para que elas fossem regulamentadas. Isso, por sua vez, acabaria com a arrecadação prevista para 2026, já que a quantia que as empresas precisam pagar é calculada com base no ano anterior.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188026?page=1§ion=1>

40% das mulheres com câncer são demitidas

BEATRIZ BULHÕES

Além do sofrimento enfrentado por mulheres diagnosticadas com câncer de mama, como o longo tratamento e o estigma, muitas pacientes ainda precisam lidar com a falta de apoio e o desemprego. Segundo uma pesquisa realizada pela Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama), DataFolha e AstraZeneca, uma em cada dez mulheres é abandonada pelo parceiro após a confirmação da doença, e apenas 17% das entrevistadas não se sentiram desamparadas durante o tratamento.

"Infelizmente, é um dado que já esperávamos, de acordo com a experiência que temos dentro do tema", diz a biomédica Gabriele Alves, coordenadora de Pesquisa e Informação em Saúde da Femama.

Foram analisadas as respostas de 240 mulheres com diagnóstico de câncer de mama em São Paulo, Rio, Salvador, Curitiba e Goiânia, entre os dias 5 e 13 de setembro deste ano. A margem de erro é de seis pontos percentuais.

PROBLEMAS FINANCEIROS. A pesquisa aponta que 40% das entrevistadas foram demitidas durante o tratamento, que pode envolver cirurgia, além de sessões de químico e radioterapia.

Segundo especialistas, tirando o cansaço e outros efeitos colaterais após as sessões - que de fato demandam descanso -, a doença não costuma atrapalhar a atividade profissional.

Ainda assim, seis em cada dez mulheres indicaram que a situação no trabalho mudou depois do diagnóstico.

"Estamos falando da falta da rede de apoio, tanto na família como no emprego, em entender o que essa mulher está passando", avalia Gabriele.

Questionadas sobre qual tipo de apoio fez mais falta, o "financeiro" foi o mais lembrado.

Cerca de 27% das mulheres marcaram essa opção e, considerando apenas as entrevistadas com renda de até 2 salários mínimos, foram 33%. Mesmo entre aquelas com renda familiar de 5 salários ou mais a questão foi apontada por 7%.

O tratamento é oferecido pelo Sistema Único de

Saúde (SUS), mas há gastos com transporte até o centro de tratamento, alimentação e outros itens. Somando ainda os gastos rotineiros, como aluguel, energia e compras, a importância de permanecer no trabalho cresce ainda mais.

Os pesquisadores lembram que existe a possibilidade de a paciente pedir aposentadoria por invalidez pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), mas o processo é demorado.

APOIO DA FAMÍLIA. Ainda sobre a falta de apoio, 13% das mulheres disseram ter sentido falta de uma companhia, como alguém para conversar, e outras 13% gostariam de ajuda com a casa e os filhos. "Eu sou minha maior apoiadora", disse uma das entrevistadas, em comentário opcional e anônimo.

Na outra ponta, 66% responderam que o apoio mais recebido foi o familiar, superando a ajuda profissional ou religiosa.

Perguntadas sobre de quem receberam auxílio, 56% responderam "filhos". "Quando meu cabelo caiu, achei que iam ter vergonha de mim, mas meu filho reuniu os amigos adolescentes num almoço de surpresa e teve amigos e familiares que raspam a cabeça", comentou uma entrevistada. Os companheiros foram mencionados como apoio principal por 22% das entrevistadas e como um dos três principais apoiadores por 38%, mesma porcentagem das que indicaram "um amigo".

Conforme a Femama, embora não haja dados científicos especificamente sobre o impacto da rede de apoio na adesão ao tratamento, a relação é visível.

"Desde a consulta, as mulheres que vêm com acompanhante têm alguém para dizer 'Está tomando o remédio direito?'

A médica disse isso e isso'.

Às vezes, a paciente está mal, vomitando, e o acompanhante precisa estar lá dizendo 'Vai passar'. Muitas querem abandonar o tratamento e não têm ninguém que diga 'Calma, vai melhorar, continua'', afirma Maira Caleffi, chefe do serviço de mastologia do Hospital Moinhos de Vento e presidentefundadora da Femama.

SEM INFORMAÇÕES. Além disso, pesquisa apontou que apenas 44% das mulheres sabiam dizer qual era

seu tipo de câncer. "É imprescindível saber sobre a própria doença e a forma de tratamento", defende a mastologista.

Auxílio próximo

Uma em cada dez é abandonada pelo marido; filhos são o principal suporte

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PGFN regulariza R\$60bi devidos por empresas em recuperação judicial

Laura Ignacio De São Paulo (Colaborou Arthur Rosa).

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) estima que ao menos R\$ 60 bilhões da dívida ativa da União já foram regularizados por meio acordos de transação tributária firmados com empresas em recuperação judicial, já quitados ou em parcelamento.

Desde abril de 2020 - quando esse tipo de negociação começou a ser feita -, o índice de contribuintes em recuperação judicial em situação regular triplicou e alcançou 30%, segundo informou o órgão.

A principal razão desse avanço, explicam especialistas, é o clima de cada vez maior empatia entre a PGFN e empresas em processo de reestruturação ou falência. Recentemente, dois casos emblemáticos foram a celebração de acordo com a rede de ensino em recuperação judicial Ulbra - em que uma dívida total de R\$ 6,2 bilhões caiu para R\$ 622 milhões - e com a Telexfree, que está em vias de encerrar sua falência após a redução de uma cobrança de R\$ 5 bilhões em 89%.

Além disso, poderá ser votada hoje, em assembleia de credores, a proposta da Fazenda Nacional para a transação da Laginha, conglomerado de usinas de açúcar e etanol fundado pelo ex-deputado federal João Lyra, cujo processo de falência já dura mais de uma década.

"Nossa ideia é fazer a projeção do quanto a gente arrecadaria na falência, por exemplo, para chegar no limite de desconto que podemos conceder", afirma Filipe Aguiar de Barros, coordenador nacional de Falência e Recuperação Judicial na PGFN. "É essencial que se envolva o Fisco no plano de falência.

Quando ela se arrasta, o valor dos ativos da empresa se depreciam e novas dívidas surgem." Os procuradores têm chegado ao desconto possível de se aplicar às dívidas tributárias de empresas nessa situação com base em informações prestadas pelos próprios administradores judiciais, além de magistrados. O objetivo é não dar desconto sobre um valor que a Fazenda receberia de qualquer maneira e não desrespeitar a ordem de pagamento determinada pela legislação.

O procurador Cristiano Neuenschwander, coordenador

nacional de negociações, ainda destaca que o recém-criado Programa de Transação Integral (PTI), ao alcançar empresas envolvidas em grandes contenciosos tributários, também poderá beneficiar empresas em recuperação judicial e falências.

"Nesse caso, questionaremos quais ações judiciais do contribuinte impactam a sua dívida", diz. "Não é raro uma empresa em recuperação judicial ou falência ter um contencioso tributário de valor significativo", acrescenta. O programa está para ser regulamentado no mês de dezembro.

No caso da Laginha, a empresa chegou a entrar com pedido de recuperação judicial no ano de 2008, mas em 2014 o processo foi transformado em falência. Este ano, quando Armando Lemos Wallach assumiu o cargo de administrador judicial da empresa, descobriu que a procuradoria não tinha tido acesso a todas as informações necessárias da Laginha para poder construir uma proposta de transação. "Procuramos a PGFN e entregamos tudo o que foi pedido. Foi um diálogo transparente", afirma o advogado.

Hoje é a data da primeira assembleia para a votação da proposta pelos credores. Se o acordo com a Laginha for aprovado, toda a dívida da empresa com a União estará quitada, com um desconto de 62%.

"Isso viabilizará que a Laginha volte a realizar os pagamentos para os demais credores", diz Wallach. "A proposta da União motivou outros credores a apresentarem proposta para liquidação antecipada", acrescenta o advogado.

A proposta que será votada é o pagamento de um valor mínimo de até R\$ 211,8 mil para cada credor e o que exceder esse valor (quem tiver crédito maior) receberá com desconto que variará de acordo com o tipo de crédito. "Só esse pagamento de R\$ 211,8 mil significa que mais de 7 mil credores vão receber o crédito integralmente e de forma rápida", afirma Wallach. "A procuradoria saiu do espírito de litígio para o de mediação." Outra empresa em processo de falência, a Telexfree, nome fantasia utilizado pela empresa brasileira Ympactus Comercial S/A, conseguiu, por meio da transação, um bom acordo com a PGFN. A quebra veio depois de ser acusada de operar uma das maiores pirâmides financeiras da história do Brasil. No início dos anos 2010, teria

levantado quase US\$ 1 bilhão com promessas de rápido retorno financeiro, sob a fachada de uma provedora de telefonia via internet (Voip).

A transação com a Telexfree solucionou uma das maiores dívidas previdenciárias do país - R\$ 1,8 bilhão do total devido era de contribuição ao **INSS**. O restante do total de R\$ 5 bilhões - R\$ 3,2 bilhões - era de PIS, Cofins, Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL. A Fazenda concedeu desconto de 65% sobre multa, juros e encargos e, depois, foi autorizado o uso de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL para a liquidação de até 70% do saldo remanescente.

"A transação foi fundamental para podermos encerrar o processo de falência e mostra uma mudança de perfil da PGFN, menos institucional e mais próximo da sociedade", diz o Fábio Rodrigues Garcia, do RGSA Advogados, que conduziu a transação da Telexfree ao lado da advogada Priscila Cavalcanti." A PGFN preferiu receber 10% do que teria direito e colocar esse dinheiro nos cofres públicos, em tempo recorde, do que arrastar uma dívida milionária, sem chance de ser quitada", acrescenta.

Sobre o caso, a PGFN informou que a transação permitiu a regularização integral do passivo fiscal objeto da falência, "após anos de tentativas de recuperação forçada em juízo, assim como encerramento de litígios relacionados aos créditos regularizados".

Já entre as empresas em recuperação judicial, o destaque do ano até agora é a transação da Ulbra. A dívida da universidade foi repactuada com redução de 91%. O valor total devido à União de R\$ 6,2 bilhões se transformou em uma cobrança de R\$ 622 milhões - saldo parcelado e garantido com uma fiança bancária e um imóvel que abrigou milhares de pessoas durante as enchentes no Rio Grande do Sul, em maio.

A crise da empresa começou no ano de 2008, quando uma operação da Polícia Federal derrubou a imunidade tributária de entidade filantrópica ligada à igreja luterana.

Com isso, foram cobrados **tributos** retroativos de cerca de R\$ 1 bilhão.

Em 2012, a Ulbra chegou a ser beneficiada por um parcelamento especial (Lei nº 12.688), porém, em 2018 se transformou em sociedade anônima para pedir recuperação judicial no ano seguinte. Na época o passivo era de R\$ 3,5 bilhões.

Na pandemia, o processo de recuperação da Ulbra ficou congelado.

Por receio da decretação de falência, no fim de 2022, os acionistas venderam o controle acionário ao empresário Carlos Melke. A universidade de medicina, avaliada em ao menos R\$ 700 milhões, seria vendida para a redução da dívida.

A PGFN recorreu, então, ao Judiciário argumentando que os ativos remanescentes não manteriam as atividades da empresa.

"A transação não pode ser olhada só sobre a perspectiva financeira, temos o papel de preservar a arrecadação e também as empresas", diz o procurador Filipe Aguiar de Barros.

A medida judicial da PGFN provocou uma mudança drástica no plano de recuperação judicial da empresa. O Fundo Calêndula comprou créditos da empresa até se tornar detentor de mais de R\$ 2 bilhões e converter em capital. Nesse momento, o diálogo com a Fazenda foi retomado. Primeiro, foi firmado um termo de transação de R\$ 242 milhões referentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Depois foi dado 100% de redução de multa e juros e permitido o uso do prejuízo fiscal e base negativa de CSLL até 70% da dívida.

"Foi um processo lento que precisou de atitude proativa tanto dos empresários quanto das procuradorias regional e geral", afirma Thomas Dulac Müller, advogado da Aelbra, mantenedora da Ulbra. "A transação tira o argumento daquele empresário que diz que quer acertar, mas não tem como", diz César Augusto da Silva Peres, também representante da empresa.

"A procuradoria saiu do espírito de litígio para o de mediação" Armando L. Wallach

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188026>

Risco maior de calote em servidores aposentados

Rodrigo Péret

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Federal aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023, que trata do parcelamento das dívidas previdenciárias dos municípios e a limitação do pagamento dos precatórios das prefeituras.

Na prática, a proposta, que agora será encaminhada a uma comissão especial da Câmara, fará com que os credores das prefeituras tenham de esperar mais para receber valores decorrentes de decisões judiciais definitivas, e também aumenta o risco de, no longo prazo, servidores aposentados ficarem sem receber.

No caso do parcelamento, a proposta previa um período de 20 anos para que as prefeituras quitassem débitos, mas o projeto aprovado no Senado e enviado à Câmara ampliou o prazo para 25 anos.

A taxa Selic continuará sendo aplicada como juro para corrigir os valores dos débitos. Para os débitos com o regime geral da Previdência, a parcela terá um limite de valor, o equivalente a 1% da receita corrente líquida do município. No caso de dívidas considerando regimes próprios, não haverá esse teto.

Na avaliação do advogado especialista em direito previdenciário Leonardo Ribeiro, a PEC poderá ser prejudicial aos servidores no longo prazo. Segundo ele, embora o parcelamento afete principalmente as dívidas da prefeitura com o regime da previdência, e não necessariamente o pagamento mensal das aposentadorias, a medida cria incertezas de longo prazo.

"Se o fluxo de recursos continuar comprometido, pode afetar a solvência dos regimes de previdência e potencialmente atrasar ou dificultar reajustes de benefícios futuros", detalha.

A advogada especialista em Direito Previdenciário Luiza Baleeiro acrescenta que, apesar de não afetar diretamente o pagamento das aposentadorias, os municípios, enquanto estiverem em débito, ficarão inviabilizados de receber repasses da União por meio do Fundo de Participação dos Municípios, o que pode criar instabilidade para os regimes previdenciários.

A proposta ainda prevê que os municípios cujo estoque de precatórios devidos for menor que 2% da receita corrente líquida pagarão o equivalente a 1% da receita.

Ou seja, quanto menor o estoque de precatórios que a prefeitura deixou de pagar, menor será a prestação que ela terá de quitar, o que poderá tomar mais longa a espera para o credor.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA aprovou parcelamento de débitos previdenciários pelas prefeituras

Cai trecho que dificultava previdência de funcionários

Prevista no texto aprovado pelo Senado, a proposta de equiparar a reforma da previdência para servidores estaduais e municipais foi retirada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

Os parlamentares da comissão seguiram o relator da PEC, deputado Darci de Matos (PSD-SC). Em seu parecer, Matos argumentou que a obrigatoriedade é "chapidamente inconstitucional" porque viola, segundo ele, o pacto federativo. Ele recomendou a aprovação da PEC 66, com a supressão do trecho que trata do tema.

O trecho suprimido, na prática, apenas recuperaria a norma válida desde a promulgação da Constituição até a reforma da Previdência. Até 2019, os servidores de União, estados e municípios seguiam as mesmas regras para ter o benefício assegurado.

Segundo o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), Domingos Taufher, a medida afetaria cerca de 28 mil servidores ativos em 23 municípios.

Atualmente, os governos regionais são livres para adotar as próprias regras, o que causa distorções por todo o País.

ENTENDA

Parcelamento em até 300 mensalidades

O que é a PEC?

PRECATÓRIOS

A PROPOSTA propõe limites para o pagamento de precatórios pelos municípios, vinculados à receita corrente líquida, com percentuais que aumentam gradativamente, de acordo com o volume de precatórios atrasados.

EM CASO de inadimplência, os municípios poderão enfrentar sanções, como o sequestro de verbas e a suspensão de transferências voluntárias da União.

ALÉM DISSO, a proposta permite, até 2032, a desvinculação parcial das receitas municipais de certos fundos e despesas.

PARCELAMENTO DE DÍVIDAS

EM RELAÇÃO ÀS dívidas previdenciárias, os municípios poderão parcelar os débitos com o Regime Geral de **Previdência Social** e regimes próprios em até 300 parcelas, desde que mantenham a regularidade previdenciária.

CASO CONTRÁRIO, o parcelamento poderá ser interrompido, e o município inadimplente será impedido de receber transferências voluntárias da União.

ENTRE 2025 E 2030, o texto também autoriza o uso de até 25% do superávit financeiro dos fundos públicos da União para apoiar projetos voltados ao enfrentamento das mudanças climáticas.

Consequências

ESPECIALISTAS avaliam que, apesar da proposta ter pontos positivos para as prefeituras, já que alivia os custos previdenciários dos municípios, por outro lado fará com que os credores das prefeituras tenham de esperar mais tempo para receber as dívidas e também cria um risco de, a longo prazo, comprometer a aposentadoria de servidores.

Trecho retirado

No Senado, o texto da PEC recebeu a inclusão de um trecho que pretendia equiparar a reforma da previdência para servidores estaduais e municipais. Porém, ele foi retirado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, que o avaliou como "inconstitucional".

Fonte: Advogados citados na matéria. Agência Brasil. G1 e Globo.

Ações no Supremo contra parte da reforma podem ter impacto de R\$ 389 bi

(Cristiane Gercina/Folhapress) (Ana Pompeu/Folhapress) %

As ações que questionam partes da reforma da Previdência no Supremo Tribunal Federal (STF) podem ter um impacto fiscal de R\$ 389 bilhões, segundo cálculos da Advocacia-Geral da União (AGU). Isso caso a corte revogue os trechos em discussão e determine a devolução dos valores arrecadados desde 2019, quando a mudança foi implementada.

Um pedido de vista feito em junho deste ano havia interrompido a análise da matéria. Na última quarta-feira (23), o ministro Gilmar Mendes liberou o caso para julgamento. Isso significa que agora cabe ao presidente da corte, Luís Roberto Barroso, definir a inclusão, na pauta da corte, dos questionamentos a regras incluídas pela Emenda Constitucional 103 de 2019.

O STF julga as 13 ações contra trechos da reforma de forma conjunta. A corte já começou a análise dos temas, mas o julgamento foi interrompido em junho deste ano depois de pedido de vista de Mendes. Dez ministros votaram em diferentes pontos, sendo que houve divergências. Até a conclusão do julgamento, os ministros podem fazer ajustes nos votos, e mesmo alterar a direção deles.

Apenas um dos temas representa um risco de R\$ 300 bilhões. Trata-se do trecho sobre a adoção da progressividade, em função dos salários, de alíquotas de contribuição previdenciária para custeio do Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS), cobradas de servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Antes, a alíquota de contribuição era de 11%. Depois da reforma, o índice passou a ser progressivo e incidir de acordo com a faixa salarial do servidor, variando entre 7,5% e 22%.

Caso esse trecho seja derrubado pelo STF, o governo federal perde arrecadação e é possível que volte a vigorar a alíquota anterior. Há, ainda, a preocupação de que a decisão acarrete na devolução dos valores pagos até aqui.

Esta mudança é considerada pelo diretor-presidente do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), Paulo Tafner, como explosiva para a União.

Na visão dele, o efeito é o de anular quase metade das expectativas de ganhos com a reforma da Previdência. A reforma inteira tinha uma previsão de render R\$ 900 bilhões de economia em cerca de dez anos.

"É uma bomba se isso ocorrer dessa forma. Ao revogar esses itens da reforma, além do impacto fiscal há dois problemas graves. O primeiro é que ele reinstalou privilégios. O segundo aspecto é que passa por cima de uma decisão soberana do Congresso em matéria previdenciária que nada tem a ver com direitos fundamentais. No mundo inteiro, as questões previdenciárias não são matérias constitucionais", diz Tafner.

Além disso, para ele, as eventuais derrubadas feitas pelo Supremo não serviriam às camadas mais pobres. "O STF atenderia quem é privilegiado, ampliaria a desigualdade social e colocaria uma pressão fiscal sobre o país bastante considerável, em um momento que isso pode nos levar a um regime de dominância fiscal", afirma.

Na dominância fiscal, a política monetária depende do controle das contas públicas e da dívida para conter a **inflação**. Nesse cenário, quando o Banco Central eleva a taxa básica de juros, a dívida aumenta a ponto de gerar mais **inflação**.

Para Tafner, na prática há o risco é o de uma espiral inflacionária de difícil controle pela política monetária.

Efeito conjunto - Outro tema sensível é a cobrança de aposentados e pensionistas acima de um salário mínimo. Antes, a cobrança se dava apenas na parte que excedesse o teto do Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**), hoje em R\$ 7.786,02. Com a reforma, só o salário mínimo fica isento. Nesse caso, o impacto se dá para todos os entes: União, estados e municípios.

De acordo com estimativas da União, essa modificação da base de cálculo de aposentados e pensionistas, mantidas as alíquotas progressivas de 2019, poderia aumentar o valor presente atuarial das contribuições em 16,41%, e, assim, significar redução do déficit atuarial em R\$ 55,1 bilhões.

Há ainda debate sobre regras de transição, redução

do valor da pensão por morte e cálculo de tempo de contribuição para autônomos.

Em setembro, a Advocacia-Geral da União (AGU) enviou manifestação ao STF informando dos riscos fiscais sobre a revisão da reforma da Previdência. No total, são R\$ 497,9 bilhões em debate no tribunal, de acordo com levantamento de impacto estimado pela Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da **Previdência Social**.

Ao votar, Barroso, relator das ações, defendeu que as regras da reforma devem ser mantidas. Para ele, apenas um trecho deve ser revisto no sentido de que a base de cálculo da contribuição previdenciária de inativos e pensionistas somente pode ser aumentada se persistir, comprovadamente, déficit previdenciário mesmo após a adoção da progressividade de alíquotas.

Ainda em sessão virtual, Fachin divergiu sobre a progressividade das alíquotas dos **servidores públicos**, a ampliação da base de cálculo de inativos em caso de déficit atuarial, a contribuição extraordinária, a possibilidade de nulidade das aposentadorias de advogados que ingressaram na magistratura ou no Ministério Público sem contribuir para o sistema e a diferenciação entre as servidoras públicas e as mulheres submetidas ao regime geral.

"Além do impacto fiscal, há dois problemas graves. O primeiro é que ele restituiu privilégios. O segundo é que passa por cima de uma decisão do Congresso"

Paulo Tafner

Mais de 800 mil BPCs estão ameaçados

Mais de 800 mil beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), podem perder a renda de até um salário mínimo caso não façam o cadastramento ou não atualizem seus dados no Cadastro Único dos Benefícios Sociais (CadÚnico).

Desde julho, o **INSS** deu início a um pente-fino, que vai atingir cerca de 1,2 milhão de segurados que recebem o benefício. Até agora, segundo dados da **Previdência Social**, das 505 mil pessoas que precisam fazer seu cadastro no Centro de Referência da Assistência Social (Cras), apenas 200 mil o fizeram. Faltam 305 mil.

E das 640,7 mil que estão com os dados desatualizados há mais de 48 meses e foram notificados por isso, só 71.237 tomaram ciência da notificação e outras 73.197 atualizaram as informações, ou seja, 517.571 não tomaram

ameaçados ciência da notificação e não compareceram ao Cras.

Todas podem ter o benefício bloqueado e perder a renda. O BPC é pago a idosos a partir de 65 anos e pessoas com deficiência que morem em famílias consideradas carentes. Para receber, a renda mensal por pessoa da família deve ser de até um quarto do salário mínimo.

"A lei determina que as atualizações cadastrais do BPC devem ocorrer de dois em dois anos. O que os ministérios do Desenvolvimento Social e da Previdência estão fazendo é seguir a regra legal", diz o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto.

Segundo presidente do **INSS**, o pente-fino seguirá sendo feito para que quem precisa renda receba e quem já não precisa mais ou nunca precisou, seja retirada dos cadastros.

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impreso/edic-ao-de-30-10-2024/>

CAE apresenta 70 emendas à reforma

» **RAFAELA GONÇALVES**

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado apresentou um relatório propondo 70 alterações no projeto de lei complementar (PLP 68/2024), que trata da regulamentação da **reforma tributária**. As sugestões, levadas pelo relator do grupo de trabalho do colegiado, senador Izalci Lucas (PL-DF), foram encaminhadas ao relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Eduardo Braga (MDB-AM).

Entre as alterações estão a inclusão de itens na cesta básica nacional, que conta com isenção de alíquota; redução em 75% da base de cálculo do IBS e da CBS para entregadores e motoristas de aplicativo; supressão da incidência do Imposto Seletivo (IS) sobre bebidas açucaradas; redução de alíquotas para representantes comerciais; além de inclusão dos serviços de telecomunicações entre aqueles que podem conceder cashback.

Segundo Izalci, só estão sendo apresentadas sugestões "óbvias" de mudanças no texto. "Trouxemos emendas com argumentos muito fortes, que devem ser considerados pelos colegas", destacou.

O grupo de trabalho foi criado em agosto, foram realizadas 21 audiências públicas com representantes do setor produtivo, que embasaram o relatório. Entre as preocupações apresentadas, diversos setores econômicos alertaram para um possível aumento da carga tributária, particularmente nas áreas de serviços e construção civil.

No texto, Izalci diz ter dúvidas sobre a eficácia da **reforma tributária**, já que alguns vetores devem sofrer aumento significativo de carga tributária. "Há fundado receio quanto à neutralidade tributária anunciada, pois, se nenhuma alteração for efetivada, muitos setores sofrerão aumento significativo de carga tributária.

O resultado será aumento de arrecadação às custas de empregos e investimentos privados sem contrapartida aos contribuintes", argumentou.

Outro ponto de destaque foi a implementação do sistema de pagamento fracionado (split payment), visto como uma medida eficiente para combater a sonegação fiscal e garantir maior controle sobre a arrecadação.

No entanto, foi apontada a necessidade de uma implementação gradual, dado o elevado custo de adaptação tecnológica e a complexidade operacional envolvida.

Lacunas O tributarista Leonardo Roesler, do RMS Advogados, que acompanhou a apresentação dos relatórios, afirmou que o debate promovido no âmbito da CAE evidenciou que, apesar dos avanços, ainda existem lacunas e controvérsias significativas que precisam ser enfrentadas para que a reforma atinja seus objetivos sem prejudicar setores estratégicos da economia e a sociedade como um todo.

Segundo ele, um dos aspectos mais delicados é o período de transição, que exige a coexistência do novo regime com os **tributos** extintos. "Embora a reforma busque simplificação, essa fase de transição pode, paradoxalmente, aumentar a complexidade tributária e gerar insegurança jurídica", alertou.

A falta de clareza quanto ao cronograma e aos critérios de encerramento dessa fase, de acordo com o especialista, pode agravar os desafios operacionais. "Além disso, as empresas enfrentarão custos operacionais significativos para se adaptarem a essa nova realidade, especialmente com a necessidade de ajustes em sistemas contábeis e de emissão de notas fiscais", destacou.

-

Senado ouve especialistas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) promoveu, ontem, a primeira de uma série de 11 audiências públicas sobre o projeto de lei complementar que regulamenta o novo sistema previsto na **reforma tributária**. O objetivo do encontro foi discutir aspectos gerais do projeto, "com especial enfoque sobre alíquotas, regras de não cumulatividade, direito ao creditamento, split payment e incidência" dos novos **impostos**. O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, que participou da reunião, reconheceu que é complexo alcançar o texto considerado ideal, mas apontou que o sistema bancário atual permite pensar que, em pouco tempo, o país possa alcançar um modelo moderno de tributação sobre o consumo.

"Não podemos perder de vista o tamanho do ganho de eficiência que o Brasil vai ter com a implementação da **reforma tributária**", disse.

Em apresentação, o secretário extraordinário da reforma, Bernard Appy, explicou que o modelo split payment (pagamento fracionado) do crédito vinculado ao recolhimento dos **tributos** tem um efeito muito positivo sobre questões como sonegação, inadimplência e fraudes, inclusive dando a possibilidade de o governo optar por uma alíquota menor. "Esse modelo tem o poder de reduzir fraudes como a nota fria, que é um problema recorrente no país", destacou.

Em evento do Lide Brazil Conference, em Londres, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou achar "plenamente possível" votar a proposta na Casa ainda este ano. A previsão, segundo ele, é que o relatório seja lido pelo relator, senador Eduardo Braga (MDB -AM) na CCJ em 27 de novembro e aprovado pelo colegiado em 4 de dezembro.

Ele fez um apelo aos empresários para que apoiem a pauta. "Ela (a reforma) já foi conquistada através de uma reforma constitucional, depende agora da sua regulamentação e eu espero que aconteça nos próximos dias", disse.

O relator da proposta na CCJ, senador Eduardo Braga (MDB -AM) disse considerar a meta "ousada". Até o momento, o texto já recebeu mais de 1.600 emendas com sugestões de aperfeiçoamento da proposta.

O colegiado realizará, hoje, a segunda audiência, onde serão ouvidos representantes do setor produtivo. Na quinta-feira o debate será sobre regimes diferenciados com impacto social, como cesta básica nacional, educação e saúde, além de regras para a devolução personalizada de **tributos**, conhecida como cashback.

Depois de passar pela CCJ, o texto seguirá para o plenário, onde precisará de, no mínimo, 41 votos para ser aprovado. Se sofrer mudanças em relação à versão aprovada pelos deputados, conforme já sinalizou o relator, retornará à Câmara.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6579/29-10-2024.html?all=1>

Estudo mostra que, no Brasil, ricos pagam menos impostos - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

As propostas de mudanças no imposto sobre a renda, que deverão ser debatidas no âmbito da **reforma tributária**, preveem o aumento das taxas para os mais ricos.

Nesse sentido, um novo estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) coloca lenha na fogueira. Segundo o levantamento, quanto mais rica for a pessoa, menos **tributos** ela paga. O Ipea diz que a tributação média sobre as faixas de renda mais altas do país - aquelas pessoas que recebem pelo menos R\$ 1 milhão líquidos por ano - é de 13,6%. Entre as que embolsam até R\$ 450 mil, a mordida tributária é de 14,2%. O percentual é crescente à medida que o rendimento fica menor. Mas, afinal, o que o governo pretende fazer? "Nesse momento, nós estamos levantando todas as alternativas técnicas possíveis para apresentar ao presidente da República e ao conjunto de ministros", disse, há alguns dias, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Fato é que o modelo atual não faz sentido algum.

Comércio eletrônico perde fôlego em 2023 Depois do crescimento expressivo dos últimos anos, impulsionado principalmente pela pandemia de covid-19, o comércio eletrônico perdeu fôlego em 2023. No estado de São Paulo, principal mercado do país, as vendas on-line caíram 1,6% em comparação com 2022, movimentando R\$ 67 bilhões. De acordo com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), trata-se do primeiro recuo em oito anos. A alta das taxas de juros pode estar por trás da queda.

CEO do XP: "Se o Brasil cumprir metas, vai chover dinheiro" O Brasil poderia receber uma avalanche de investimentos do exterior se cumprisse as metas definidas pelo próprio governo.

É o que acha José Berenguer, CEO do Banco XP. "Meta não se discute, se cumpre. Agora tem a discussão de mudar meta de **inflação**, mexer no arcabouço fiscal. Temos de perseguir as metas e tirar essas discussões da frente. Se o Brasil fizer o que se propõe, vamos ter o problema contrário, que é excesso de demanda, aí vai chover dinheiro", disse, em evento realizado em São Paulo.

Vinicius Junior fecha com Will Bank, aumentando sua coleção de patrocinadores Após a decepção com o prêmio Bola de Ouro, que consagra o melhor jogador de futebol do mundo, o brasileiro Vinicius Junior, do Real Madrid, segue fazendo gols no mundo da publicidade. Ele foi contratado como garoto-propaganda do banco digital Will Bank, que é controlado pelo Banco Master. Recentemente, fechou com as marcas Omo, do ramo de limpeza, e Gatorade, de energéticos. Além disso, mantém contratos publicitários com Nike e Bet Nacional.

Nesse campo, Vini Jr. vence os rivais de goleada.

"Não teve nenhum país do mundo que passou de subdesenvolvido para desenvolvido sem educação. É uma correlação direta" Walter Schalka, ex-presidente da fabricante de papel e celulose Suzano

R\$ 167 BILHÕES por ano é o potencial de consumo das favelas brasileiras, segundo estudo da empresa Nós, que desenvolve produtos digitais para periférias

RAPIDINHAS

» Uma pesquisa feita pela empresa de cibersegurança NordVPN constatou que o WhatsApp é o principal canal digital para a prática de golpes no Brasil. O dado é espantoso: 80% das mil pessoas consultadas para o levantamento afirmaram terem sido alvo de, ao menos, uma tentativa de fraude por meio do aplicativo nos últimos dois anos.

» O mercado de viagens corporativas faturou R\$ 3,3 bilhões no terceiro trimestre de 2024, o que representou uma queda de 8,7% frente ao mesmo período do ano passado, segundo a Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas. Dados preliminares, contudo, mostram que o setor deverá crescer nos últimos meses do ano.

» Depois da alemã Volkswagen, agora é a vez da montadora norte-americana Ford revelar dificuldades com os carros elétricos. No terceiro trimestre, o lucro líquido da empresa caiu 25%, o que se deve, sobretudo, às perdas de US\$ 1,2 bilhão geradas pelo segmento de veículos movidos à eletricidade. No ano, os prejuízos deverão chegar a US\$ 5 bilhões.

» Os videocasts, como são chamados os podcasts em

vídeo, viraram febre. Segundo levantamento da plataforma de streaming musical Spotify, as visualizações de videocasts somaram 2,9 bilhões de minutos nos primeiros cinco meses do ano, número que representa um aumento notável de 58% em relação ao mesmo período de 2023.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Estudo mostra que, no Brasil, ricos pagam menos impostos

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6579/29-10-2024.html?all=1>

Operadoras de saneamento temem elevação da tributação

BERNARDO LIMA bemardo.lima@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

A regulamentação da **Reforma Tributária**, que tramita no Congresso Nacional, deverá aumentar a carga de **impostos** das companhias de saneamento básico, o que poderá comprometer investimentos no setor, de acordo com especialistas e entidades que representam os operadores.

Conforme algumas projeções, o formato atual da regulamentação, como aprovada pela Câmara e em discussão no Senado, fará com que a carga tributária salte dos atuais 9,25% para uma alíquota "cheia", hoje estimada em 27,5%.

O tema foi debatido ontem, em Brasília, no evento "**Reforma Tributária** e os riscos para a universalização do saneamento", realizado pelos jornais O GLOBO e Valor e pela rádio CBN, com patrocínio da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindicon) e da Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe).

Líder do governo no Senado, o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) afirmou que a situação ameaça as conquistas alcançadas com o novo Marco Legal do Saneamento, aprovado em 2020. Por isso, a base do governo trabalhará para mudar esse ponto, segundo o parlamentar: -Muito foi feito pela universalização do saneamento básico, mas ainda há muito para ser feito. E o texto da **Reforma Tributária**, conforme veio da Câmara dos Deputados, não está à altura dessa necessidade do Brasil e dos brasileiros.

Como preconiza a proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma, aprovada no fim do ano passado, serão unificados os **tributos** federais PIS, Cofins e IPI, o estadual ICMS e o municipal ISS em uma única taxa sobre bens e serviços, dividida entre a União e os demais governos.

ALTA ESTIMADA DE 6,5%

Os projetos de lei da regulamentação definirão exceções e alíquotas reduzidas, mas o setor de saneamento ficou de fora de qualquer tratamento especial, diferentemente do que aconteceu com o

setor de saúde. Para o deputado federal Fernando Maranhoni (União-SP), as atividades deveriam ser equiparadas: - A proposta vai na contramão das recomendações internacionais e do próprio reconhecimento do saneamento como serviço de saúde pública.

Um estudo da consultoria GO Associados, em parceria com a Abcon Sindcon, mostra que a elevação da tributação efetiva sobre os serviços de água e esgoto deverá ser repassado aos usuários finais. Até mesmo os beneficiários da tarifa social, que têm direito ao cashback (devolução de parte do imposto para os contribuintes de baixa renda), deverão ser afetados, segundo o presidente do Conselho de Administração da Abcon Sindcon, Roberto Barbuti: - Mesmo com cashback, os usuários de baixa renda também terão um aumento esperado de 6,5%, e por conta disso eu queria que ficasse essa mensagem de que saneamento é saúde, e nós vamos trabalhar com a neutralidade tributária para o setor.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Imposto de milionários é igual a de salário de R\$ 6 mil

Marcello Corrêa De Brasília

A tributação média sobre as faixas de renda mais altas do país é de, no máximo, 14,2%, segundo estimativa divulgada na terça-feira (29) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). De acordo com o estudo, essa alíquota é atingida no grupo que recebe, em média, R\$ 450 mil líquidos por ano (descontada a contribuição previdenciária).

A partir desse patamar, o imposto cobrado é menor: entre os que têm ganho médio de mais de R\$ 1 milhão por ano, é de 13,6%.

Para ter uma ideia, a tributação sobre o 0,01% mais rico da população, que ganha ao menos R\$ 8 milhões por ano e em média R\$ 26 milhões, é semelhante à de um trabalhador assalariado que recebe R\$ 6 mil por mês. As duas faixas de renda têm alíquota efetiva de aproximadamente 13%.

A nota técnica, assinada pelo pesquisador Sérgio Wulff Gobetti, tem o objetivo de fazer um diagnóstico da regressividade da tributação sobre a renda no país. Ou seja, apontar como o sistema de **impostos** contribui para reforçar desigualdades, em vez de reduzi-las.

A tributação sobre dividendos é um dos caminhos apontados para corrigir distorções, mas enfrenta resistência no Congresso e é criticada por outros especialistas.

O trabalho tem como principal diferencial técnico considerar na conta também o imposto pago pelas empresas. Ou seja, inclui no cálculo a hipótese em que sócios de empresas tirem do próprio bolso os **tributos** que incidem sobre as pessoas jurídicas. No limite máximo, a estimativa é que essa transferência de ônus seja de 100%.

Em cenários em que a transferência é menor, a regressividade é ainda maior. Considerando uma estimativa em que apenas o imposto pago pelas empresas do Simples Nacional impacta o orçamento da pessoa física, a alíquota efetiva média chega a, no máximo, 12,1% sobre a faixa dos que ganham R\$ 450 mil, antes de cair nas faixas de renda superiores.

A análise sobre os lucros das empresas e dividendos

distribuídos aos acionistas foi incluída no trabalho porque essa é a principal fonte de renda nos estratos mais altos. O percentual de renda do capital entre o 1% mais rico do Brasil é de 61%, segundo o estudo.

Entre a média da população adulta, essa participação é de 20%, pois a renda do salário tem maior protagonismo.

O texto do Ipea é divulgado no momento em que o governo estuda mudanças no imposto sobre a renda, próximo passo da **reforma tributária**, após a conclusão da regulamentação dos **impostos** sobre o consumo.

No início do mês, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a taxa mínima sobre pessoas que ganham mais de R\$ 1 milhão é um dos cenários apresentados ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para compensar a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para os R\$ 5 mil.

"Existe esse debate sobre uma alíquota mínima sobre as pessoas que ganham acima de R\$ 1 milhão. O problema da regressividade está atingindo exatamente esse nível de renda, um pouquinho abaixo, até. E vejam que mesmo quando a gente considera o tributo pago pelas empresas, temos em média uma taxa efetiva inferior aos 15% de imposto mínimo, que é uma espécie de referência internacional", comenta Gobetti, que é pesquisador de carreira do Ipea, cedido à Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul, onde atua como coordenador da assessoria técnica.

Segundo o pesquisador, as distorções indicadas pelo estudo apontam falhas no sistema de tributação sobre a renda, que deveria ser progressivo.

"O Imposto de Renda deixa de ser progressivo a partir de um determinado ponto, justamente no topo da pirâmide de renda. Isso é algo que não é desejável no nosso modelo de tributação e é um patamar muito baixo do ponto de vista de comparação internacional", afirma. Ele explica que o debate sobre tributar dividendos, hoje isentos, colaboraria para reduzir as desigualdades.

"Com a volta da tributação de dividendos com certeza nós teríamos uma curva crescente [ao longo das faixas de renda]. Ela chegaria a um ponto de máximo

que chegaria àquele décimo de milésimo [mais rico]. Poderíamos chegar a uma alíquota máxima entre 25% e 30%, saindo de 14%", estima.

Tributação sobre dividendos é um dos caminhos apontados para corrigir distorções

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188026?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188026?page=1§ion=1)**

Imposto regressivo

As alíquotas efetivas por faixa de renda

Estrato de renda (% mais rico)	Número de declarantes (Em mil)	Renda anual média (em R\$ mil)	Alíquota média (em %)
0,01%	15,4	26.036,9	12,9
0,1%	153,7	5.295,5	13,2
1%	1.536,7	1.053,3	13,6
Ponto de máximo	384,2	449,9	14,2
5%	7.683,4	354,0	13,2

Fonte: Ipea

Projeto da reforma deve ser votado na CCJ em 4 de dezembro, diz Pacheco

Jéssica Sant'Ana e Edna Simão De Brasília e Londres

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou na terça-feira (29) que trabalha com a votação do principal projeto de lei de regulamentação da **reforma tributária** no dia 4 de dezembro, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Segundo ele, assim que for aprovado no colegiado, o assunto será levado para votação em plenário. Esse cenário considera a apresentação do parecer do relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), no dia 27 de novembro.

As declarações de Pacheco foram dadas em Londres, onde ele participou do Lide Brazil Conference.

Braga, contudo, afirmou que a data apresentada pelo presidente do Senado é uma "barra alta". "O presidente Rodrigo estabelece uma meta ousada e nós estamos correndo atrás. Agora, a tarefa não é simples, mas estamos trabalhando", disse.

O plano de trabalho apresentado à CCJ não prevê uma data de apresentação do relatório, mas informalmente Braga já falava em última semana de novembro ou primeira de dezembro. Atualmente, estão sendo feitas audiências públicas na comissão.

Braga também revelou que avalia substituir alguns produtos ou setores que seriam beneficiados por alíquota zero ou regime diferenciado pelo sistema de cashback. Esse sistema prevê a devolução de **tributos** pagos a famílias carentes.

Segundo o senador, ao prever que esses produtos ou setores tenham cashback, ao invés de alíquota reduzida, a alíquota padrão da reforma poderia ser diminuída.

"Existem discussões de implementação de cashback em determinadas áreas, que poderá fazer com que a alíquota padrão seja menor do que estimado. Mas isso ainda é uma questão que está em discussão, ainda não está fechada", afirmou.

Questionado se, por exemplo, isso poderia ser feito com as carnes, que entraram na cesta básica nacional, com imposto zero, Braga negou e disse estar falando em termos genéricos. "Eu não estou me referindo a nenhum produto específico", respondeu. A

inclusão das carnes na cesta com isenção de imposto foi feita pela Câmara dos Deputados, o que ajudou a elevar a previsão de alíquota padrão da reforma para 27,97%. Foi uma das principais polêmicas na época da votação.

Também na terça, o grupo de trabalho sobre a **reforma tributária** na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado apresentou um relatório com 70 sugestões de mudança ao texto aprovado pela Câmara. O PLP 68/2024, que regulamenta a **reforma tributária** do consumo, tramita na CCJ, mas a CAE criou um grupo de trabalho paralelo para apresentar sugestões ao texto.

O relatório será enviado para subsídio das discussões na CCJ.

O coordenador do grupo, senador Izalci Lucas (PL-DF), afirmou que apresentará cerca de 30 emendas à CCJ para contemplar as mudanças sugeridas pelos senadores da CAE.

Entre as principais alterações sugeridas pelo grupo, está a obrigatoriedade de tornar regra geral a adoção do modelo simplificado do "split payment" desde o início de 2026, além de implementar a ferramenta simultaneamente para os principais meios de pagamento e prever a adoção do modelo inteligente a partir de 2027. O "split" é o sistema que vai permitir o recolhimento dos **tributos** no momento da liquidação financeira.

O relatório apresentado pela CAE também sugere que os créditos tributários possam ser apropriados mediante destaque dos valores no documento fiscal, em caso de não implementação do "split payment".

Outra sugestão de mudança é a permissão para que as empresas do Simples Nacional possam mudar de regime de recolhimento duas vezes por ano, em vez de uma.

O relatório também sugere redução em 75% da base de cálculo dos **tributos** para entregadores e motoristas de aplicativo e redução do prazo para ressarcimento de créditos para até 30 dias. Os senadores da CAE também defendem a inclusão dos serviços de telecomunicações entre aqueles que concedem cashback.

Mais uma sugestão do relatório é a inclusão de todos os óleos vegetais, os sucos sem adição de açúcar e conservantes, os fungos e as castanhas na lista de alimentos isentos de IBS e CBS, os dois **tributos** que serão criados com a reforma.

Também há no relatório a recomendação de protetores solares na alíquota reduzida de 60% e atualização da lista que trata dos dispositivos médicos.

O grupo também atendeu a um pleito do setor de construção civil e sugeriu a ampliação da redução das alíquotas de IBS e CBS para operações com bens imóveis.

Os senadores da CAE também querem que bares, restaurantes, lanchonetes, serviços de hotelaria, parques de diversão, parques temáticos e agências de turismo tenham redução em 60% das alíquotas do IBS e da CBS.

Em relação ao Imposto Seletivo, que entrará em vigor em 2027, o grupo recomendou a inclusão dos plásticos descartáveis na lista de produtos que serão tributados por esse imposto. Por outro lado, sugeriu excluir da lista bebidas açucaradas e a extração ou a exportação de bens minerais, à exceção do carvão.

"A tarefa não é simples, mas estamos trabalhando"

Eduardo Braga

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188026?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188026?page=1§ion=1)**

O que muda na transmissão de heranças e doações com a Reforma Tributária?

A **Reforma Tributária**, em tramitação no Senado, deve transformar a forma como o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) impacta o planejamento sucessório de inúmeras famílias no Brasil. As mudanças propostas são impulsionadas pela Emenda Constitucional 132 e pelo Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2024. As novas regras podem representar um ponto de inflexão, afetando diretamente quem deseja transferir bens a herdeiros e donatários, exigindo maior atenção e adequação.

Hoje, o ITCMD incide sobre a transferência de bens e

direitos em casos de herança e doação. Com a reforma, as alíquotas devem passar a um modelo progressivo, variando entre 4% e 8%. Na prática, isso significa que doações e heranças de valores mais altos sofrerão uma carga tributária proporcionalmente maior. Em São Paulo, por exemplo, o Projeto de Lei 7/2024 propõe alíquotas que, para alguns casos, podem dobrar o valor a ser pago, levando muitos contribuintes a reavaliarem suas estratégias de sucessão.

A proposta da progressividade tem como objetivo tornar a tributação mais justa, ajustando-se ao princípio da capacidade econômica. Em outras palavras, quanto maior o patrimônio, maior a contribuição devida. Enquanto o teto de 8% parece fixo para o momento, há vozes no Senado sugerindo que essa alíquota máxima poderia subir até 16% - o que vem gerando uma série de preocupações e críticas.

Outro ponto crítico da reforma é a nova base de cálculo do ITCMD. Caso aprovada, ela passará a considerar o valor de mercado dos bens transmitidos. Com isso, a carga tributária pode aumentar significativamente, já que, em muitos estados, os critérios atuais tendem a ser mais vantajosos ao contribuinte. Esse novo alinhamento, que busca espelhar práticas internacionais, exigirá avaliações ainda mais precisas de propriedades e outros bens, o que pode tornar o processo mais oneroso.

Para aqueles que detêm participações societárias em empresas fechadas, a reforma prevê uma alteração considerável: o valor patrimonial ajustado será o mínimo para cálculo, o que poderá levar à tributação mesmo em casos de empresas com patrimônio líquido

negativo. Esse detalhe certamente merece atenção dos empresários e pode trazer consequências profundas para o mundo dos negócios familiares.

Frente a tantas mudanças, estratégias são recomendadas para suavizar os impactos fiscais. Antecipar doações e criar holdings patrimoniais são alternativas que vêm sendo discutidas. Ao adiantar a transferência de bens, é possível, em muitos casos, aproveitar as alíquotas ainda vigentes, antes dos possíveis aumentos. Além disso, uma holding pode ser um veículo para separar bens familiares de ativos operacionais, otimizando a gestão e a carga tributária.

A **Reforma Tributária** tem o potencial de alterar substancialmente a realidade fiscal do país. Embora o objetivo seja promover maior justiça tributária, essa transição trará desafios e exigirá planejamento cuidadoso dos contribuintes. Aqueles que se preparam desde já terão melhores condições de proteger seus bens e tornar o processo de transmissão patrimonial menos custoso para os herdeiros.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/syuf/#p=1>

Uma estrutura tributária elitista (Editorial)

O diagnóstico do Ipea sobre a regressividade do sistema tributário brasileiro expõe uma triste realidade: o sistema, que deveria servir como ferramenta de redistribuição de renda e justiça social, favorece os mais ricos. Isso ocorre porque os rendimentos do capital - lucro, dividendos e juros - são tributados de forma muito mais branda do que os salários dos trabalhadores.

Esse cenário revela um Brasil onde o imposto de renda deveria incidir progressivamente, mas se torna um obstáculo regressivo para os mais pobres, que sustentam uma fatia desproporcional da carga tributária.

A análise do economista Sérgio Gobetti aponta que 800 mil contribuintes de renda elevada pagam cerca de 14,2% de alíquota, semelhante ao percentual pago por um assalariado de renda média. Já os super-ricos, aqueles que compõem o 0,01% mais abastado, pagam ainda menos: uma alíquota que atinge apenas 12,9%. Ou seja, quanto maior a renda, menor a fatia tributada.

E a distorção não para por aí; empresas abrigadas em regimes simplificados pagam apenas 25% do que recolheriam se tributadas pelo lucro real, representando uma perda de centenas de bilhões de reais.

Essa estrutura escancara privilégios que drenam recursos públicos e corroem a capacidade do Estado de investir em áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura.

Ao premiar quem emprega "estratagemas" de planejamento tributário, o sistema incentiva a criação de desigualdades que vão muito além do âmbito fiscal, influenciando também o desenvolvimento econômico e social do país.

A regulamentação da **reforma tributária** em discussão no Congresso Nacional traz esperança de correção. É urgente que se revejam isenções e brechas que perpetuam esse ciclo de injustiça fiscal. Que o debate avance, priorizando a construção de um sistema mais progressivo e justo.

Afinal, o custo de uma estrutura tributária elitista não recai sobre as fortunas acumuladas, mas sobre uma nação que vê seu potencial desperdiçado para sustentar os benefícios de poucos.

Site: <https://www.jornalmeio.com/jornais/20241030>

Após deixar a Presidência do Senado, Pacheco quer relatar novo Código Penal

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), afirmou nessa terça-feira (29), durante evento em Londres, que permanecerá na Casa após o fim do mandato presidencial, em fevereiro de 2025. Questionado sobre a possibilidade de assumir um ministério do governo Lula (PT) no ano que vem, ele desconversou. "Minha intenção é permanecer no Senado pelos próximos dois anos." O parlamentar participou da Lide Brazil Conference, evento promovido pelo grupo empresarial fundado pelo ex-governador de São Paulo João Doria. Pacheco disse que deve se dedicar a projetos de autoria dele, como a proposta que regulamenta a inteligência artificial no Brasil.

Também manifestou interesse em relatar uma atualização do Código Penal brasileiro. "Esse é um debate que teremos que fazer", afirmou. O senador não fez menções a candidaturas para a sucessão e se limitou a dizer que considera que a gestão dele teve balanço positivo, citando a atuação do Senado durante a pandemia.

Sem citar os ataques golpistas de 8 de janeiro, Pacheco também exaltou o que vê como o papel do Senado "na defesa da democracia". Nesta semana, com o fim das eleições municipais, o Congresso volta a ter agenda intensa nos últimos meses de mandato de Pacheco e Arthur Lira (PP/ AL), presidente da Câmara.

Embora as negociações para a sucessão devam ocupar grande parte das atenções em Brasília, as Casas recebem pressão para regulação da **reforma tributária** e resolução de impasses relacionados a emendas parlamentares. A Câmara deve decidir sobre a anistia aos envolvidos nos ataques de 8 de janeiro.

Pacheco afirmou ainda que o apoio à **reforma tributária** é fundamental para concretizar os esforços econômicos e de sustentabilidade no Brasil. "Ela [reforma] já foi conquistada através de uma reforma constitucional, pendente agora à sua regulamentação que espero que aconteça nos próximos dias." Para o presidente do Senado, essa não é a reforma ideal, mas mudanças podem ser feitas ao longo do tempo. "É preciso fazê-la porque há uma unanimidade: nosso sistema tributário prejudica o setor produtivo e o crescimento do Brasil."

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

Reforma Tributária pode deixar o seu IPVA bem mais caro

A **Reforma Tributária** está em processo acelerado de aprovação no Senado Federal. Expectativas otimistas apontam para a aprovação de todas as mudanças ainda neste ano de 2024. E é claro que, como contribuintes, desconfiamos que algum aumento de tributo vem por aí.

Em relação ao IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, muitas mudanças estão no horizonte.

Quais as principais mudanças?

Duas são as novidades mais importantes: 1) O IPVA poderá ter alíquotas progressivas em função do valor do veículo. Ou seja, em vez de todos os proprietários pagarem uma alíquota única (normalmente de 4%), os veículos mais caros terão alíquota maior (não se sabe de quanto), enquanto os carros mais baratos devem pagar um percentual menor do que o atual. É quase certo, portanto, que na média haverá algum aumento no IPVA; 2) Outra mudança importante é que atualmente somente veículos terrestres (carros, motos, ônibus e caminhão) pagam IPVA, mas com a reforma barcos e aeronaves passarão a pagar o imposto também.

Carros mais poluentes podem pagar mais IPVA?

Sim, é verdade. A reforma prevê a possibilidade de progressividade baseada no "impacto ambiental", o que na prática significa que quanto mais poluente o modelo ou o veículo em si, maior o imposto devido. Mas ainda não está claro como essa medição de índice de poluição será feita, nem quanto irá aumentar.

Há previsão de isenção para veículos menos poluentes?

Essa é uma boa notícia. A mesma regra que permite aumentar o imposto para veículos mais poluentes também vale para o contrário, ou seja, veículos não poluentes, como elétricos e híbridos por exemplo, pagam menos IPVA do que os valores atuais.

Qualquer veículo automotor passará a pagar o imposto?

Não, a regra básica é que para pagar o IPVA o veículo, além de ter motor, precisa exigir

emplacamento. Por isso, bicicletas elétricas, patinetes, jet-skis, tratores, máquinas agrícolas e similares não pagarão o imposto.

A **Reforma Tributária** vai aumentar o IPVA de algum segmento?

Sim, há uma previsão preocupante de mudança. Além das progressividades baseadas no valor do carro e no impacto ambiental, o reforma prevê ainda alíquotas diferenciadas em razão do tipo e da utilização do veículo, o que pode abrir espaço para que, por exemplo, veículos de carga ou de prestação de serviços paguem mais imposto do que veículos de passeio. Mas isso ainda não está 100% claro. É preciso aguardar o que vai ser aprovado no texto final pelo Senado.

Como vai ficar a situação de barcos e aeronaves?

Atualmente, barcos e aeronaves, quando pagam imposto, sujeitam-se a alguns **tributos** federais de valor bem abaixo do que seria o IPVA. Com a mudança, passam a recolher IPVA provavelmente na mesma alíquota dos veículos terrestres. Nesse caso, com certeza o imposto vai aumentar bastante.

Importante destacar que ficaram de fora do pagamento do IPVA pequenos barcos de pesca familiar e, como disse anteriormente, tratores e máquinas agrícolas.

Quando passam a valer as novas regras?

A **Reforma Tributária** ainda não foi totalmente aprovada. Falta completar a votação no Senado, que ao que tudo indica aprovará as mudanças propostas pelo governo. Se a Reforma passar ainda em 2024, é bem provável que as novas regras do IPVA passem a valer em 2026.

Em 2025 não é possível, porque novas regras tributárias normalmente não podem valer já no ano seguinte ao das mudanças.

(*) Alexandre Mazza é advogado especialista em Direito Tributário.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/reforma-tributaria-pode-deixar-o-seu-ipva-bem-mais-caro,909ddd15bbe9aad08a7df8ddf31864c30q1q5ilh.html>

Instabilidade institucional joga Brasil para baixo em índice global de inovação

Laura Intriari

O Brasil caiu uma posição no Índice Global de Inovação (IGI) de 2024, alcançando o 50º lugar no ranking organizado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). A melhor marca brasileira foi o 47º lugar, em 2011. Em 2023, o país havia retornado ao top 50 após 12 anos, na 49ª posição.

Entre sete critérios principais listados pela organização, o país tem melhor desempenho em "sofisticação de negócios" (39º) e pior em "instituições" (103º). Neste último, o vizinho Uruguai ocupa a 31ª posição. Os critérios são compostos por indicadores mais específicos, sendo a estabilidade política para negócios o qual em que o Brasil fica pior colocado (115º entre os 133 analisados).

Para formular o indicador da instabilidade para negócios, o IGI usa pesquisa do Fórum Econômico Mundial com executivos sobre a capacidade do governo em garantir um ambiente político estável para empresas.

O dado ilustra como burocracias, mudanças na legislação e dificuldades de financiamento desestimulam as empresas a arriscar no Brasil, segundo Glauco Arbix, professor de sociologia da USP e ex-presidente do Finep.

"O governo tem feito coisas para mudar isso, como a **Reforma Tributária**. Mas, uma vez aprovada, a regulamentação vem com exceções, lobby e proteção a setores específicos", diz.

Demais reformas, como a trabalhista, previdenciária e o arcabouço fiscal, fazem parte de pacote de medidas criadas para melhorar o ambiente institucional, de acordo com Wallace Moreira, secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

"Era muito colocado que o presidente iria alterá-las e nada disso foi mudado. Há um compromisso do governo com regras institucionais", diz.

Moreira também afirma que debates entre autoridades sobre a economia, como críticas do presidente Lula

(PT) à política de juros do Banco Central durante a gestão de Roberto Campos Neto, são naturais e parte da democracia, e não sinais de instabilidade.

Ele cita os ataques ocorridos no 8 de janeiro como eventos que causam percepção negativa sobre estabilidade de instituições.

O Brasil recuou em "instituições" (de 99º para 103º) e "capital humano e pesquisa" (de 56º para 57º) na comparação com a divulgação ano passado. A organização afirma que mudanças metodológicas e disponibilidade de dados podem afetar comparações anuais.

São Paulo é o único cluster de ciência e tecnologia da América Latina entre os 100 melhores do mundo, de acordo com a OMPI. A capital paulista figura ao lado de centros urbanos de outros sete países de renda média, como Cairo (Egito), Bengaluru (Índia), Teerã (Irã), Kuala Lumpur (Malásia), Istambul (Turquia) e Moscou (Rússia).

O índice a OMPI também mostra que, entre 133 nações, o Brasil está em 97º na proporção de alunos graduados em áreas de ciência e tecnologia. Desigualdades regionais, de classe e de gênero nessas áreas aprofundam ainda mais o problema, segundo Sueli Custódio, professora e chefe do laboratório de inovação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Ela destaca a dificuldade de permanência nessas áreas e na manutenção de carreiras e negócios estabelecidos entre os egressos das instituições de ensino.

"Não basta a formação, é preciso infraestrutura e um ecossistema que permita empregabilidade ao jovem", afirma. Para a especialista, por mais que incentivos ao ingresso em áreas de ciências tenha aumentado desde 2022, os programas ainda se concentram na região Sul e Sudeste.

No ranking geral do IGI, o Brasil lidera entre os países da América Latina e Caribe. Ele também é o melhor colocado na região em sofisticação de negócios (39º), produção de conhecimento e tecnologia (50º) e produção criativa (42º).

Entre nações de renda média alta, o Brasil fica em 6º, atrás de China, Malásia, Turquia, Bulgária e Tailândia.

Importações de alta tecnologia e de serviços de telecomunicações e informação são alguns dos pontos fortes do país, segundo o relatório. Mas especialistas afirmam que, por mais que a pesquisa coloque o uso de tecnologias estrangeiras como positivo, a baixa capacidade de absorção do país dessas novas tecnologias deve ser colocada na conta.

"Não somos campeões de inovação, então compramos direito de propriedade intelectual. Isso significa que o país tem preocupação e mostra que usa produtos mais inovadores, mas não necessariamente que é inovador", diz Lia Valls, pesquisadora associada do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

O Brasil está em 64º em indicador do IGI que reflete a escala Pisa, que avalia habilidades de estudantes de 15 anos em leitura, matemática e ciência.

Apenas 1% dos alunos brasileiros teve nota 5 ou 6 em matemática, consideradas ideais no Pisa 2022. Singapura, o líder do ranking, possui 41% de estudantes nessa faixa, e a média da OCDE, entidade que reúne os países ricos e organiza a prova, é 9%.

O país avançou em iniciativas que tenham como objetivo melhorar o desenvolvimento de habilidades dos jovens como a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), segundo Brenda Prata, especialista de advocacy do Instituto Ayrton Senna. Mas, para a analista, uma implementação com pouca qualidade pode diminuir eficácia da política formulada.

"É necessário apoiar os professores, oferecer material didático adequado e acompanhar o desenvolvimento dos alunos por meio do monitoramento e avaliações socioemocionais", diz.

"Precisamos que os nossos jovens saiam da Educação Básica tendo desenvolvido grande parte das competências e habilidades eles precisarão para o mercado de trabalho e para a vida", afirma.

O Brasil fica entre os dez primeiros em tamanho do mercado interno e em pedidos de registro de marcas por residentes em relação ao **PIB** e mantém status de economia com desempenho acima do esperado para seu nível de desenvolvimento, segundo o relatório.

Em uma perspectiva global, o relatório do IGI mostra que, após um boom entre 2020 e 2022, os investimentos em inovação sofreram uma queda significativa em 2023, com publicações científicas, financiamento de capital de risco e patentes

internacionais recuando aos níveis pré-pandemia.

Áreas como sequenciamento genômico e poder computacional foram destaque na manutenção do progresso tecnológico. O documento destaca que, embora a adoção de tecnologias tenha crescido em setores como 5G e veículos elétricos, o ritmo do avanço em tecnologias verdes ficou aquém da média da última década, com desafios na redução do consumo energético e dos preços de energias renováveis.

Notícias Relacionadas:

FOLHA ONLINE - SP

Instabilidade institucional joga Brasil para baixo em índice global de inovação

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/10/instabilidade-institucional-joga-brasil-para-baixo-em-indice-global-de-inovacao.shtml>

Dólar sobe a R\$ 5,76, maior nível desde 2021

ISA MORENA VISTA ETHAISBARCELLOS
economia@oglobo.com.br RIO E BRASÍLIA Colaborou
JenifferGularte

O mercado financeiro cobrou ontem o preço da falta de medidas do governo para o ajuste fiscal. O dólar fechou a R\$ 5,7610, alta de 0,92%, alcançando o maior patamar desde março de 2021. O mau humor se estendeu ao mercado de juros futuros, com alta das taxas, e atingiu o Ibovespa, que fechou em baixa de 0,37%.

Há duas semanas, a equipe econômica do governo vem discutindo um pacote de corte de gastos, esperado pelo mercado. As medidas seriam anunciadas depois das eleições. Ontem, um dia depois de se reunir com o presidente Lula por duas horas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, frustrou as expectativas e disse que "não tem uma data" para o anúncio de medidas.

- Ele (Lula) está pedindo informações e estamos fornecendo. Não tem uma data. Ele que vai definir. Estamos avançando na conversa, estamos falando com o Planejamento -disse o ministro.

Após a fala de Haddad, o dólar, que já estava em alta, subiu ainda mais, e os juros futuros subiram. A taxa do DI para janeiro de 2026 foi a 12,74%.

Gestores do mercado financeiro com interlocução em Brasília relataram ao GLOBO insatisfação com diferentes sinalizações e a demora do governo em apresentar um plano concreto e factível de cortes de despesas. Ao mesmo tempo em que, nos encontros, o governo tem sustentado o discurso de que o corte é urgente, a declaração de ontem de Haddad gerou mais incertezas. Diferentes versões para o tamanho do corte também geraram ruídos. Números da ordem de R\$ 50 bilhões já circularam em rodas de conversa, embora o ministro tenha dito ontem que só falaria em valores depois de a decisão ser tomada.

REUNIÃO HOJE

Após um dia de nervosismo do mercado financeiro, Haddad, se reuniu novamente com o presidente Lula no início da noite de ontem. O encontro, no Palácio da Alvorada, teve a participação do futuro presidente do BC, Gabriel Galípolo, e dos secretários executivo da

Fazenda, Dario Durigan, e Guilherme Mello, secretário de Política Econômica. Haddad deixou o Alvorada pouco depois das 22h.

Os ministros da Junta de Execução Orçamentária se reúnem hoje para discutir o assunto. Ela é chefiada por Rui Costa (Casa Civil) e composta também por Haddad, Simone Tebet (Planejamento) e Esther Dweck (Gestão).

Segundo Tony Volpon, ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, a indefinição sobre os cortes de gastos e a condução da política fiscal como um todo contribuem para a perspectiva de que o governo não está dando sustentação ao arcabouço fiscal.

Volpon avalia que o mercado enxerga que Haddad e a equipe econômica compreendem a necessidade de um ajuste fiscal. Todavia, na visão do mercado, o presidente Lula é um dos principais obstáculos a impedir que cortes sejam aprovados: - Haddad entendeu isso, olhou os números e viu o grande risco (do descontrole de gastos) e que tem efeitos nefastos para a economia brasileira. E agora está tentando endereçar para o presidente. E o mercado tem dúvidas de que o presidente se convenceu.

O ministro garantiu ontem que não há veto por parte do presidente sobre qualquer proposta e que está reunindo mais dados para Lula decidir.

Para Elson Gusmão, diretor de câmbio da Ourominas, o mercado esperava que o pacote já tivesse sido anunciado: -Quando o governo falou que depois das eleições municipais vai divulgar esse pacote de gastos, acabou deixando o mercado à espera dessa sinalização. Mas até o momento não há nenhuma sinalização, e acaba sendo uma quebra de expectativa.

Os economistas avaliam que as dúvidas do mercado quanto à condução da política fiscal pelo governo atual não são de hoje. Volpon diz que se o governo não enfrentar a questão fiscal de forma estrutural, a **inflação** e as taxas de juros continuarão pressionadas. Ontem, os contratos de juros futuros subiram precificando Selic a 13% em maio de 2025.

EFEITO TRUMP

Além da perspectiva fiscal, Volpon cita que o cenário ex-temo também prejudica a moeda brasileira. O crescimento de Donald Trump nas pesquisas eleitorais americanas e a possível vitória do republicano ajudam o dólar a subir em relação ao real e a outras moedas de mercados emergentes: -Se olharmos para a agenda econômica (de Trump), você tem um conjunto de medidas que deve aumentar o nível de **inflação** dos EUA, muito baseado em corte de **impostos**, com pouca atenção do lado das despesas.

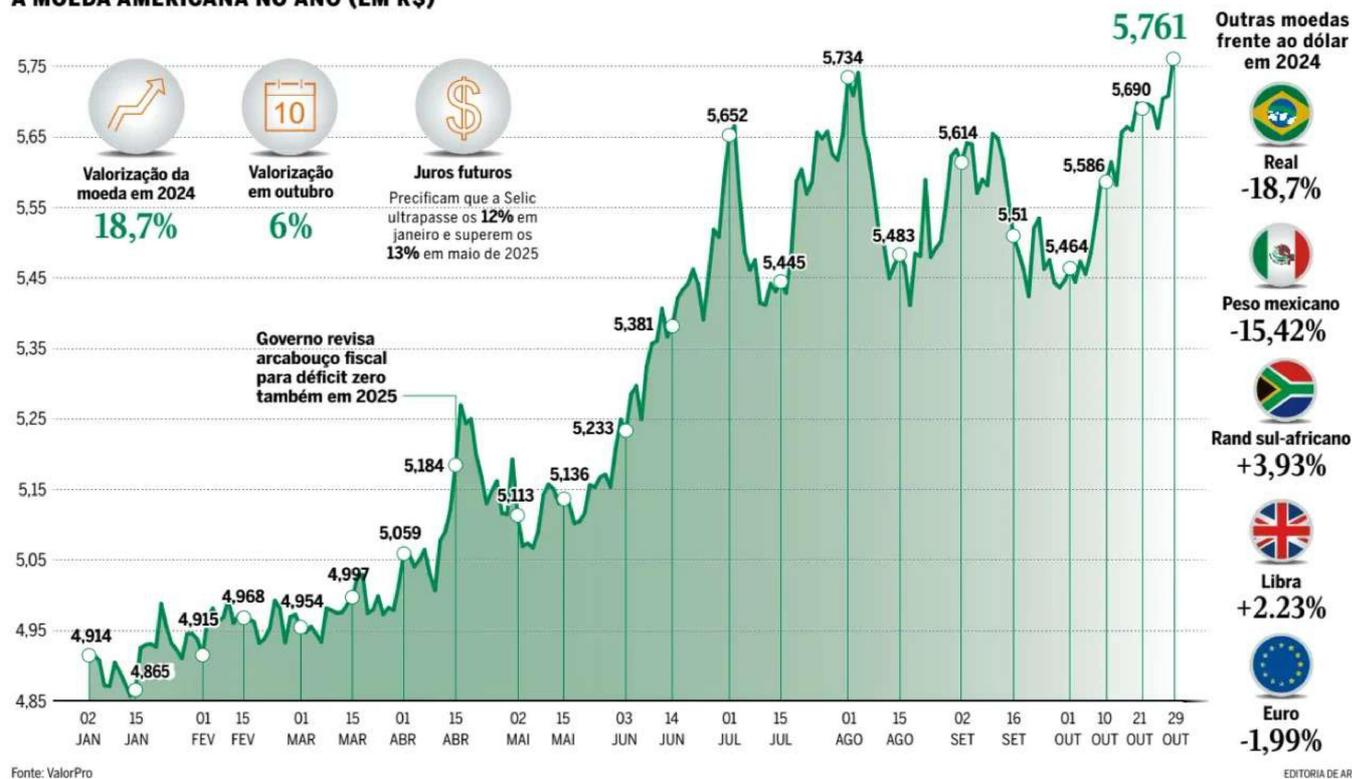
Outro fator que puxou o dólar para cima ontem foi o resultado das contas externas brasileiras, que vem piorando desde o início do ano. O déficit em transações correntes nos 12 meses até setembro ficou em US\$ 45,8 bilhões, o equivalente a 2,07% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Segundo dados do BC, é a primeira vez, desde abril de 2023, que o resultado supera os 2% do PIB. Em janeiro, o déficit acumulado estava em 0,78% do **PIB**. Um mês depois, caiu para 0,75% do **PIB** e passou a subir mês a mês até setembro.

"Ele (Lula) está pedindo informações e estamos fornecendo. Não tem uma data. Ele que vai definir" Fernando Haddad, ministro da Fazenda, sobre medidas de cortes de gastos

"O mercado tem dúvidas de que o presidente se convenceu" Tony Volpon, ex-diretor de assuntos internacionais do Banco Central

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A MOEDA AMERICANA NO ANO (EM R\$)



Tributo é o mesmo para assalariados e ultrarricos, diz Ipea

ALVARO GRIBEL BRASÍLIA

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgado ontem jogou luz sobre o que especialistas chamam de "regressividade" dos **impostos** no País. Ou seja, a partir de uma determinada renda, a tributação começa a cair, o que acaba se transformando em um benefício justamente para quem ganha mais.

Segundo dados elaborados pelo pesquisador Sérgio Gobetti, esse efeito faz, na prática, com que os ultrarricos brasileiros (0,01% dos declarantes de Imposto de Renda), ou pessoas com renda acima de R\$ 8 milhões por ano, paguem a mesma alíquota efetiva de **impostos** de um assalariado que ganha R\$ 6 mil por mês, ou R\$ 72 mil por ano.

"Isso acontece porque, a partir de uma determinada renda, as receitas dessas pessoas vêm de aplicações financeiras e lucros de empresas, que são menos tributadas do que a folha de salários dos trabalhadores", explicou o pesquisador.

Quem ganha R\$ 6 mil por mês tem alíquota efetiva de **impostos** de 12,9%, a mesma alíquota desses ultrarricos que ganham R\$ 8 milhões líquidos por ano, cerca de R\$ 666 mil por mês. Nessa alíquota o pesquisador também colocou na conta dos acionistas o imposto sobre o lucro pago pelas empresas.

Na prática, a alíquota de **impostos** cresce para quem ganha até R\$ 450 mil líquidos por ano, mas, a partir desse valor, o percentual começa a ficar menor, configurando a chamada "regressividade".

ALTERNATIVAS. Gobetti defende que o governo federal apresente soluções para esse problema na reforma do Imposto de Renda que está em elaboração pelo Ministério da Fazenda.

Uma forma paliativa de atenuar o problema, diz, é estabelecer um imposto mínimo para os que ganham acima desse valor.

"Enquanto tal reforma estrutural não ocorre, medidas alternativas como a imposição de um imposto mínimo sobre os milionários podem cumprir um papel paliativo temporário, compensando a falta de progressividade no topo da pirâmide", afirmou.

O pesquisador entende que é preciso retomar a tributação de lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas, além de fechar brechas em regimes especiais de tributação, como no caso do Lucro Real.

Além disso, ele entende que o Simples Nacional deveria levar em consideração a renda dos donos da empresa, e não o porte da companhia, em si, para estabelecer a alíquota de tributação do lucro.

"O fato de uma empresa ser pequena não significa que seus donos tenham baixa capacidade contributiva e sejam merecedores de um tratamento privilegiado na tributação de suas rendas", diz o pesquisador. Segundo ele, há casos de milionários do Simples que pagam menos **impostos** do que quem ganha R\$ 4,5 mil por mês.

Correção Para pesquisador, é preciso tributar lucros e dividendos distribuídos para pessoas físicas

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Se Trump vencer, mundo voltará ao caos dos anos 1930 (Artigo)

Max Boot

Max Boot - The Washington Post É historiador, colunista e analista de política internacional

Os americanos tendem a ser bastante paroquiais em sua abordagem da eleição, concentrando se em questões domésticas.

Não tenho certeza se muitos estão totalmente cientes do que está em jogo. A escolha entre a vice-presidente, Kamala Harris, e o ex-presidente Donald Trump é um referendo não apenas do futuro dos EUA, mas também do mundo.

Os EUA continuam sendo de longe o país mais poderoso do mundo: gastam mais em defesa do que os 10 países seguintes juntos, e sua produção econômica responde por um quarto do total global. O que os EUA fazem importa. Muito.

Na década de 30, os EUA seguiram uma política de protecionismo e isolacionismo. Não por coincidência, a 2.ª Guerra logo se seguiu. Os vizinhos da Alemanha e do Japão eram fracos demais para dissuadir e derrotar essas ditaduras fascistas por conta própria. Eles precisavam desesperadamente de ajuda americana e não a receberam até que fosse quase tarde demais.

Depois de 1945, nos EUA, a maior de todas as gerações procurou retificar esse erro construindo uma nova ordem mundial com base em pactos de livre-comércio e alianças de segurança.

Essa abordagem foi bem-sucedida: democracia e prosperidades e espalharam pelo mundo.

Grandes conflitos de poder foram evitados.

Os EUA foram os maiores beneficiários do sistema internacional que criaram: o **PIB** percapita dos EUA, em 2023, foi de US\$ 73.600, ante apenas US\$ 39.800, para a Rússia, e US\$ 22.100, para a China.

AMEAÇA. Agora, essas conquistas estão ameaçadas pela possibilidade de Trump retornar ao cargo e implementar políticas que lembram a década de 30.

Somente com uma vitória de Kamala os EUA continuarão a perseguir as políticas que sustentaram

sua prosperidade e segurança desde 1945.

É claro que é impossível prever o curso exato de um segundo governo Trump, porque ele é errático e ilógico- e facilmente influenciado por qualquer um que alimente seu ego insaciável.

Conforme envelhece, o magnata de 78 anos parece ainda mais desconectado da realidade.

Isso, por si só, é uma preocupação, já que o mundo depende da liderança dos EUA, que pode ser substituída pelo caos e confusão em uma Casa Branca de Trump. Mas, em certas questões, Trump tem sido claro quanto às suas intenções.

Ele pretende aumentar as tarifas - em 20%, pelo menos - para os níveis mais altos desde a década de 30. Um ignorante econômico irreduzível, ele insiste que os consumidores não pagariam por isso - mas pagariam.

O custo aumentaria ainda mais quando outras nações impusessem tarifas retaliatórias às exportações dos EUA.

Essas divisões seriam exacerbadas se Trump seguisse as políticas de segurança que ele sugeriu. Ele disse que avisou aos aliados que encorajaria os russos a fazerem "o que diabos eles quisessem" aos aliados da Otan que não pagassem o suficiente pela defesa. "As chances de ele se retirar da Otan são muito altas", alertou John Bolton, seu ex-conselheiro de segurança nacional.

PUTIN. A natureza exata do relacionamento de Trump com Putin permanece misteriosa, mas é evidente que o ex-presidente dos EUA tem uma afinidade nauseante pelo déspota do Kremlin. Foi perturbador ouvir Trump se gabar, no mês passado, enquanto se encontrava com o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, de que ele tem um "relacionamento muito bom" com Putin. Franklin Roosevelt teria se gabado de seu relacionamento com Adolf Hitler enquanto se encontrava com Winston Churchill?

Trump prometeu acabar com a guerra em um dia, o que só poderia ser feito forçando a Ucrânia a aceitar as demandas russas. Kamala, por outro lado, prometeu "permanecer firme ao lado da Ucrânia e dos

aliados americanos da Otan", denunciando os "crimes contra a humanidade" russos.

Enquanto Trump colocaria em risco a ordem mundial pós-1945 fomentada pelos EUA, Kamala a defenderia. Apesar das inevitáveis objeções sexistas quanto às suas qualificações ou capacidade de liderança, ela está mais bem preparada para ser comandante-chefe do que muitos dos homens que ocuparam essa posição.

É difícil apontar as contribuições exatas de Kamala para a formação da política externa do presidente Joe Biden. Essa é a natureza da vice-presidência: seu papel é aconselhar o presidente nos bastidores e apoiar lealmente suas políticas em público.

Quando Kamala revelou suas próprias opiniões, no entanto, elas foram tranquilizadamente convencionais.

"Acredito que é do interesse fundamental do povo americano que os EUA cumpram seu papel de longa data de liderança global", disse ela, na Conferência de Segurança de Munique, em fevereiro. "Essa abordagem fortalece os EUA e mantém os americanos seguros." Ela está certa, e é por isso que mais de 700 ex-oficiais de segurança nacional - e mais de 100 líderes republicanos de segurança nacional - apoiaram Kamala. Em contraste, apenas metade do próprio gabinete de Trump o apoiou, e aqueles que se opõem a ele incluem seu vice-presidente, o ultraconservador Mike Pence.

O general Mark Milley, chefe do Estado-Maior Conjunto de Trump, o chamou de "fascista até a medula". Mark Esper, secretário de Defesa de Trump, o chamou de "ameaça à democracia".

O general John Kelly, chefe de gabinete, o descreveu como "uma pessoa que admira autocratas e ditadores".

Eleger Trump, desta vez sem a supervisão de "adultos" como Milley, Esper e Kelly, seria uma receita para o declínio americano e a crescente instabilidade global. Ele poderia inaugurar um mundo - como nos anos 30 - em que as democracias estão divididas e os ditadores acham que podem cometer agressões impunemente.

Que os americanos votem como se o destino do mundo dependesse da escolha deles.

Porque é bem possível que seja verdade.

Trump é errático, ilógico e influenciado por qualquer um que alimente seu ego insaciável

I TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Incerteza fiscal contribui para piora na percepção de risco de investidores

LUIZ GUILHERME GERBELLI

Toda vez que o cenário externo fica mais difícil, é como se a barra subisse para o Brasil. A combinação de um mundo mais complexo com as incertezas fiscais locais contribui para uma piora na percepção de risco dos investidores em relação ao País. Esse movimento, claro, se reflete no câmbio.

Desde o início do ano, o dólar mudou de patamar e hoje está mais próximo dos R\$ 5,70 - ontem fechou em R\$ 5,76.

Na mesma toada, os juros futuros subiram. Um título do Tesouro Nacional atrelado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) e com vencimento em 2035 oferece um ganho real superior a 6,7%.

Em janeiro, o retorno desse papel era de 5,37%. Na prática, é um sinal do aumento da desconfiança com o rumo das contas públicas do Brasil. Ou seja, os investidores estão exigindo um ganho maior para financiar um governo cujo endividamento só tende a aumentar.

A equipe econômica só vai conseguir estancar o crescente endividamento brasileiro se colocar o País numa rota de superávits primários. Ou seja, fazer com que as receitas superem as despesas, sem levar em conta o pagamento de juros.

Em 2024 e 2025, o governo diz que vai entregar uma meta zero de resultado primário. Em 2026, no último do terceiro mandato do presidente Lula, a promessa é de um superávit de 0,25% do **PIB**.

Definida com o arcabouço fiscal, a meta para o número primário tem um limite de tolerância de 0,25 ponto porcentual.

Com uma arrecadação robusta, os analistas avaliam que resultado deste ano deve ser cumprido, mas há uma grande dúvida para os próximos anos.

"As medidas de arrecadação deram certo (em 2024), mas o mercado começou a colocar no preço os anos de 2025 e 2026, porque vê que muitas coisas não são sustentáveis", diz a diretora de macroeconomia e análise setorial na Tendências Consultoria, Alessandra Ribeiro.

JUROS E INFLAÇÃO. A condução da política fiscal também liga um alerta, porque ela está em oposição ao aumento de juros promovido pelo Banco Central (BC). É como se o governo estivesse colocando o pé no acelerador ao mesmo tempo que a autoridade monetária tenta pisar no freio, com o objetivo de levar a **inflação** à meta de 3%.

Em seu último encontro, o Comitê de Política Monetária (Copom) subiu a taxa básica de juros (Selic) em 0,25 ponto porcentual, para 10,75%. Foi a primeira alta do terceiro mandato do presidente Lula.

Analistas consultados pelo relatório Focus, elaborado pelo BC, esperam que a Selic encerre o ano em 11,75% e termine 2025 em 11,25%. É um cenário bem pior do que esperado em janeiro de 2024, quando as projeções para a taxa básica de juros ao fim de cada ano era de 9% e 8,5%, respectivamente.

O BC precisou dar início ao aperto monetário diante das expectativas para a **inflação** cada vez mais distantes de 3%.

Os números para o IPCA pioraram, sobretudo, por causa de desvalorização do real e pela estiagem enfrentada pelo País, que afetou os preços de energia elétrica e alimentos.

No último relatório Focus, a previsão dos analistas consultados para o IPCA deste ano está em 4,55%, acima, portanto, do teto da meta (4,5%). As previsões para os próximos anos também estão distantes da meta. A de 2025 está em 4%, e a do ano seguinte é de 3,6%.

Na condução da política monetária, há uma incerteza adicional relacionada ao rumo do BC por causa da troca de presidência - se a autoridade monetária vai ser dura na magnitude suficiente para trazer a **inflação** para 3%. Em 2025, o BC será comandado por Gabriel Galípolo, indicado pelo governo para o lugar de Roberto Campos Neto.

"Há o receio de que ano que vem o BC não atue de forma tão independente, já que estaremos nos aproximando de 2026 (ano de eleição presidencial), principalmente se a economia der sinais de desaceleração", afirma Solange Srour, diretora de

macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management.

"As medidas de arrecadação deram certo (em 2024), mas o mercado começou a colocar no preço os anos de 2025 e 2026, porque vê que muitas coisas não são sustentáveis" Alessandra Ribeiro Tendências Consultoria

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Déficit do setor externo supera 2% do PIB, mas ainda não preocupa

Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro De Brasília e São Paulo

Puxado pela economia aquecida, o déficit nas transações correntes superou os 2% do Produto Interno Bruto (**PIB**) pela primeira vez desde abril do ano passado. O déficit acumulado em 12 meses até setembro ficou em US\$ 45,8 bilhões ou 2,07% do **PIB**, segundo o Banco Central (BC).

O resultado negativo, que considera transações na balança comercial de bens, serviços, renda primária e secundária, vem subindo desde o início do ano. Em janeiro, o déficit acumulado em 12 meses estava em US\$ 17,2 bilhões ou 0,78% do **PIB**. No mês seguinte caiu para 0,75% do **PIB** e sobe mês a mês até setembro.

O chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha, destacou que a redução no superávit comercial e o crescimento no déficit da conta de serviços no ano foram os principais fatores para a elevação do déficit nas transações correntes.

Com o aumento nas importações, o superávit comercial até setembro soma US\$ 52,9 bilhões ante US\$ 67,1 bilhões no mesmo período de 2023. Já o crescimento do déficit na conta de serviços, de US\$ 28,7 bilhões para US\$ 36,6 bilhões, foi disseminado entre vários setores, como serviços de propriedade intelectual, serviços de streaming e aluguel de equipamentos.

"A gente tem um cenário em que há um aumento na demanda de bens importados, há aumento na demanda por serviços importados.

A razão é a mesma, o maior crescimento da economia brasileira, maior crescimento do consumo, seja de bens de consumos, bens duráveis ou investimentos puxando a importação." Apesar dessa alta, o déficit em 2,07% está "um pouco abaixo" da norma para a economia brasileira que, segundo Rocha, seria em torno de 2,5% do **PIB**. A norma é uma estimativa de resultado de transações correntes que estaria de acordo com os fundamentos da economia e pode ser calculada por diferentes metodologias.

Em relatório, o diretor de pesquisa econômica para América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, apontou que as contas externas continuam em

situação confortável. No entanto, o economista avaliou que o superaquecimento da economia impulsionado por uma política fiscal pró-cíclica frouxa "está começando a enfraquecer as transações correntes na margem".

A elevação dos déficits é acompanhada pelo contínuo aumento do Investimento Direto no País (IDP), que somou US\$ 70,7 bilhões no acumulado de 12 meses até setembro (3,2% do **PIB**). "Os ingressos de Investimento Direto no País continuam bastante superiores ao necessário para financiar o déficit corrente, por isso a situação do setor externo da economia como um todo permanece bastante favorável", disse Fernando Rocha, do BC.

O IDP considera os recursos destinados à participação no capital e os empréstimos diretos concedidos por matrizes de empresas multinacionais às suas filiais no país e vice-versa. O retorno de investimento brasileiro no exterior também integra essas estatísticas.

Virgílio Lage, especialista da Valor Investimentos, disse que o aumento do déficit é um sinal de alerta principalmente se for estrutural e persistir ao longo do tempo. "Contudo, o IDP em 3% do **PIB** é um aspecto positivo. Esse nível de IDP sugere que há uma confiança dos investidores no mercado brasileiro, pois o capital estrangeiro de longo prazo ajuda a financiar o déficit e reduz a necessidade de endividamento externo em moeda estrangeira." As estatísticas divulgadas ontem ainda mostraram que o investimento estrangeiro em renda fixa chegou a US\$ 10,7 bilhões no acumulado de janeiro a setembro, superando o ingresso de todo o ano passado, que ficou em US\$ 9,8 bilhões. Os dados consideram os títulos de dívida negociados no mercado doméstico.

Na avaliação de Rodolfo Margato, economista da XP, o balanço de pagamentos continua saudável, apesar da surpresa negativa nas transações correntes. O déficit em setembro foi de US\$ 6,5 bilhões, acima dos US\$ 5,4 bilhões esperados pela XP. A projeção é de déficit de US\$ 52 bilhões (2,4% do **PIB**) neste ano e US\$ 50 bilhões (2,2% do **PIB**) para 2025.

"A desaceleração esperada para a atividade doméstica explica nosso cenário-base de aumento moderado no volume de importações e no déficit da conta de serviços.

Por outro lado, o volume de exportações deve crescer substancialmente, impulsionado pelo aumento da safra de grãos - com destaque para a soja - e da produção de petróleo bruto", avaliou.

"Nível de IDP sugere que há confiança dos investidores no mercado brasileiro" Virgílio Lage

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188026?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188026?page=1§ion=1)**

Haddad diz não haver data nem valor para corte de gasto

Estevão Taiar De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que não há data prevista para o anúncio das medidas de corte gastos do governo federal nas quais a equipe econômica vem trabalhando. Ele também disse desconhecer projeções, publicadas nas últimas semanas por veículos de comunicação, de que os cortes ficarão entre R\$ 30 bilhões e R\$ 50 bilhões e afirmou que "não chamaria de "pacote"" as medidas. As declarações pioraram o humor do mercado, que esperava a apresentação de um pacote de corte de despesas após as eleições municipais.

"Não sei de onde saíram [as projeções]", disse Haddad no Ministério da Fazenda, antes de reunião com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin. "Número você só divulga depois da decisão." O ministro disse que terá "várias reuniões" com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nesta semana para tratar do tema. Neste momento, a equipe econômica está "fazendo as contas" dos impactos fiscais para apresentar ao presidente.

Ele ainda destacou que o assunto vem sendo debatido com o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). Na segunda-feira, a titular do MPO, Simone Tebet, disse ser preciso "coragem para cortar o que é ineficiente".

As declarações de Haddad ontem aumentaram as incertezas de agentes econômicos a respeito das perspectivas para as contas públicas e impulsionaram ainda mais a piora observada ao longo do dia nos mercados. O dólar à vista encerrou a sessão no maior patamar desde 30 de março de 2021, com alta de 0,92%, para R\$ 5,76.

A dívida bruta do governo geral (DBGG), principal indicador de estoque do endividamento público, já subiu quase sete pontos percentuais em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**) desde o início do terceiro mandato de Lula. Segundo o Banco Central, o indicador terminou agosto em 78,5% do **PIB** - patamar já elevado em relação à média dos países emergentes. Além disso, especialistas em contas públicas projetam que a DBGG continuará subindo nos próximos anos.

Após as declarações de Haddad, ele se reuniu na noite de ontem com Lula no Palácio da Alvorada.

Também participaram o futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e dois secretários do Ministério da Fazenda: Dario Durigan, executivo, e Guilherme Mello, de Política Econômica. O tema da reunião não foi divulgado.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188026?page=1§ion=1>